

CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO MULTISSERIADO NAS ESCOLAS DO CAMPO BRASILEIRO

Alciraine Pinto Queiroz¹
Miriam Espíndula dos Santos Freire²

RESUMO: O presente artigo investiga os avanços na educação do campo no que tange as escolas multisseriadas nas séries iniciais do ensino fundamental. Apresenta como objetivos: Identificar e descrever os avanços na educação do campo, no que tange as escolas multisseriadas no cenário brasileiro. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, possui caráter descritivo com abordagem qualitativa. Os dados foram analisados através do método análise de conteúdo, pois tal método possibilita a obtenção de resultados concretos e próximos da realidade. A história do ensino multisseriado no Brasil nos remete ao Brasil Colonial onde formas de ensino com características semelhantes ao multisseriado atual foram implantados no país. Os resultados encontrados demonstram que a educação no meio rural obteve poucos avanços ao longo de sua história, principalmente quando se trata de ensino multisseriado nas séries iniciais do ensino fundamental, tal modelo de ensino sempre foi marcado por estagnações, retrocessos e esquecimento por parte das autoridades. Portanto, o referido artigo demonstra os avanços ocorridos na educação no meio rural no modelo multisseriado e os desafios existentes ainda nos dias atuais.

Palavras-chave: Contexto histórico. Educação no campo. Ensino multisseriado. Ensino Fundamental.

ABSTRACT: This article investigates the advances in education in the countryside with regard to multigrade schools in the early grades of elementary school. Its objectives are: To identify and describe the advances in rural education, with regard to multigrade schools in the Brazilian scenario. It is characterized as a bibliographic research, has a descriptive character with a qualitative approach. The data were analyzed using the content analysis method, as this method allows the obtaining of concrete results that are close to reality. The history of multigrade teaching in Brazil takes us back to Colonial Brazil, where forms of teaching with characteristics similar to the current multigrade were implemented in the country. The results show that education in rural areas has made few advances throughout its history, especially when it comes to multigrade teaching in the early grades of elementary school, such a teaching model has always been marked by stagnation, setbacks and forgetfulness by the authorities. Therefore, this article demonstrates the advances that have occurred in education in rural areas in the multigrade model and the challenges that still exist today.

Keywords: Historical context. Education in the countryside. Multigrade teaching. Elementary School.

¹Especialização: Historiografia Brasileira (FARESE). Licenciatura: História (Centro Universitário Faveni).

²Doutora em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/ UFPB).

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o contexto histórico do ensino multisseriado nas comunidades do campo brasileiro, com destaque para os pontos mais relevantes desta forma de organização de ensino presente no território brasileiro desde o período colonial. Apesar de sua longa história tal modelo de ensino pouco evoluiu no sentido de melhorias na qualidade do ensino oferecido a população.

Deste modo, o ensino multisseriado nas comunidades rurais do Brasil sempre estiveram distante das prioridades dos governantes quando se trata de investimentos em educação. A consequência desse descaso foi a precarização do ensino no meio rural, já que, as séries iniciais do ensino fundamental nas comunidades do campo são normalmente ofertadas nos moldes da multissérie.

A história da educação no campo brasileiro é marcada por estagnação e retrocessos, pois muitas das características do ensino implantado pelos jesuítas lá no Brasil Colônia continuam existindo ainda nos dias atuais. Desta forma, observa-se que a educação no campo não acompanhou as mudanças e evoluções ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos.

Apesar de todos os problemas existentes quando se trata de educação no meio rural, principalmente as séries iniciais do ensino fundamental, apresenta uma grande demanda de alunos, brasileiros que tem o ensino multisseriado como única opção de estudo em suas comunidades. Deste modo é urgente a necessidade de um novo olhar por parte do poder público para o ensino no meio rural brasileiro com a implantação de políticas educacionais eficazes e modernizadoras que respondam aos anseios do povo do campo.

A presente pesquisa busca responder a seguinte problemática: Quais os avanços ocorridos na educação do campo, mais precisamente, no ensino multisseriado séries iniciais do ensino fundamental no Brasil? Tal estudo tem como objetivos: Identificar e descrever os avanços na educação do campo, no que tange as escolas multisseriadas no cenário brasileiro.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: primeiramente apresentamos a introdução, com a temática, problemática e objetivos. Em seguida, a metodologia, com os caminhos metodológicos percorridos no decorrer da elaboração da pesquisa. Na sequência, trazemos a descrição de alguns pontos relevantes na história da educação no campo brasileiro com um viés voltado para o ensino multisseriado nas séries iniciais do ensino fundamental na visão de diferentes autores. Logo adiante, está presente os

resultados encontrados através das análises documentais e as discussões. Por fim, temos a conclusão com as reflexões finais sobre os resultados da pesquisa.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, pois os dados foram coletados através de revisões bibliográficas, realizadas em literaturas já publicadas sobre o tema, durante as buscas aos materiais para consulta foram utilizadas as seguintes palavras-chave: educação no campo e ensino multisseriado, todas relacionadas ao objeto de estudo. Possui caráter descritivo, já que, os resultados encontrados foram descritos na elaboração do novo estudo sem a interferência ou manipulação do pesquisador. A abordagem empregada é qualitativa, uma vez que os dados encontrados não foram submetidos a métodos estatísticos visando quantificá-los nem postos à prova para comprovação.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.54) a pesquisa bibliográfica pode ser denominada como a construção de um novo estudo a partir de obras já publicadas com temática relacionada à nova investigação. É necessário que o pesquisador realize uma análise cuidadosa a respeito da confiabilidade das fontes pesquisadas e na veracidade dos materiais encontrados.

1341

A pesquisa descritiva acontece nos estudos em que o pesquisador realiza a descrição das características de determinado fato sem efetivar interferências na mesma. “O pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Para Gerhardt e Silveira (2009, p.32) na pesquisa qualitativa os pesquisadores constroem o novo estudo com o intuito de realizar a explicação de determinado fato oferecendo assim uma resposta para a indagação em questão. Neste caso não existe a necessidade de quantificar os valores encontrados.

Levando em consideração os objetivos da pesquisa, os dados foram analisados por meio do método análise de conteúdo, pois tal método possibilita uma análise aprofundada dos conteúdos de estudo, permitindo a obtenção de resultados concretos e próximos da realidade (MORAIS, 1999, p. 2). Bardin (2011) dialoga com Morais (1999) ao afirmar que o método análise de conteúdo é um conjunto de técnicas úteis e eficazes na interpretação das comunicações visando a descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Para o conhecimento amplo e detalhado da problemática de estudo foi necessária uma ampla investigação, através de materiais bibliográficos relacionados ao tema da pesquisa, essa busca abrangeu livros, artigos, monografias, dissertações, teses e documentos oficiais. Em seguida foi realizada a leitura dos materiais encontrados e a seleção daqueles que seriam utilizados na elaboração dos capítulos pré estabelecidos.

Os documentos selecionados foram analisados de acordo com as orientações de Bardin (2011) na visão dessa autora a análise documental permite passar de um documento primário (em bruto) para um documento secundário (representação do primeiro) com a finalidade de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência.

Seguindo as orientações de Bardin (2011), a primeira fase da análise dos resultados aconteceu com a escolha dos documentos a serem analisados e sua organização de acordo com os objetivos da pesquisa. Em seguida, os artigos, monografias, dissertações e teses começaram a ser analisados de acordo com a unidade de análise: contexto histórico do ensino multisseriado nas escolas do campo brasileiro.

Os resultados encontrados foram recortados do texto original e transcritos nos fichamentos em unidades comparáveis, após esse processo, os resultados achados foram então interpretados, através das comparações e inferências, e descritos nos resultados e discussões do artigo.

As buscas pelos artigos, monografias, dissertações e teses utilizados na confecção do artigo foram realizadas através da internet nas bases google acadêmico e Scielo, além de consultas em bibliotecas digitais de universidades como Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também foram consultados e utilizados livros físicos referentes a temática em questão e documentos oficiais disponibilizados pelo governo federal no site do planalto. Utilizou-se como critério de inclusão, tanto para os livros quanto para as demais obras encontradas a especificidade desses com o assunto a ser descrito na confecção do referido trabalho, ou seja, todos aqueles que tratavam de forma específica do tema em questão foram incluídos, conseqüentemente, os demais foram excluídos.

3. Contexto histórico do ensino multisseriado no campo brasileiro

A ideia de educação como direito público subjetivo só passou de fato a vigorar, no Brasil, a partir da Constituição de 1988. A Carta Constitucional incumbiu ao Estado e a

família a responsabilidade de oferecer o ensino e garantir a entrada e a permanência dos alunos nas instituições escolares. A educação é concebida como “direito de todos e dever do Estado e da família [...], visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL 1988). Fica evidente que independente de localidade, se houver alunos, o ensino precisa chegar, e com qualidade.

A história do ensino multisseriado no Brasil nos remete ao período da colonização portuguesa, onde formas de organização do ensino semelhantes a essas eram realizadas. Se nos dias atuais as escolas multisseriadas tem normalmente como público alvo alunos das classes mais pobres da população, lá no início, o ensino era restrito a uma elite que começava a despontar no cenário brasileiro, com isso, a grande maioria da população era totalmente excluída das escolas.

Os encarregados de educar a população no período colonial eram os Jesuítas, os quais desenvolveram uma concepção educacional elitista e universalista conhecida como Ratio Studiorum, que objetivou construir uma sociedade moldada na visão europeia de educação. De acordo com Saviani (2008), essa concepção pedagógica caracterizava-se:

Por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo o homem sido feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois criação divina. Em consequência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para fazer por merecer a dádiva da vida sobrenatural (SAVIANI, 2008, p. 58).

Apesar de o ensino multisseriado ser antigo no país, a nomenclatura em si é recente, anteriormente este modelo de ensino recebia o nome de escolas isoladas, como normalmente acontece no Brasil, mudaram o nome sem realizarem a reestruturação necessária que atendesse as demandas atuais dos povos do campo, ou seja, os problemas continuaram. Nesse sentido, Cardoso (2013, p. 33) ressalta que a denominação “escolas multisseriadas” surge no campo educacional nos anos de 1970, até então “as escolas que mantinham, na mesma sala, várias séries sob a regência de um só professor eram denominadas escolas isoladas”.

Seguindo esse pensamento de antiguidade do modelo ensino multisseriado, Oliveira (2014) confirma o Período Imperial como sendo o marco inicial do ensino multisseriado no Brasil. Iniciou com muitas das características atuais, a organização já se caracterizava pelo agrupamento de alunos de diferentes idades e séries em uma mesma sala, o trabalho educativo era realizado através de aulas itinerantes, onde os professores precisavam

percorrer longas distancias nas localidades habitadas para ensinar. Desta forma,

A escola multisseriada surge em meados do Período Imperial com a implantação das aulas regias para que a educação, através de aulas itinerantes, tivesse uma formação ou constituição heterogênea, na qual houvesse diversas pessoas estudando series diferentes na mesma sala de aula (OLIVEIRA, 2014, p. 25).

O ensino multisseriado ganhou maior visibilidade no país após a expulsão dos jesuítas, pela coroa portuguesa, ainda no período colonial, posteriormente a saída destes religiosos do território brasileiro desenvolveu-se um novo sistema de ensino. As aulas eram ministradas por pessoas leigas que se deslocavam pelas comunidades com o intuito de ensinar os filhos da elite latifundiária que se formava no país naquele período, os trabalhadores eram colocados em segundo plano, até eram ensinados, mas o objetivo principal era a classe de maior poder aquisitivo conforme explica Janata e Anhaia (2015),

Presentes no contexto do campo, as escolas/classes multisseriadas são frutos de um período histórico que nos remete ao Brasil colônia, com as professoras leigas e ambulantes que davam aulas aos filhos dos donos das terras, e por consequência os filhos dos seus trabalhadores, após a expulsão dos jesuítas do país em 1759 (JANATA, ANHAIA, 2015, p.2).

Em sua pesquisa sobre escolas multisseriadas do campo, Gomes (2020, p. 83) confirma a forte ligação existente entre ensino multisseriado e a população do campo. Nos séculos XIX e XX estas instituições eram inclusive financiadas pelos grandes latifundiários donos de propriedades rurais. Isso só começou a mudar na segunda metade do século XX, com o grande contingente de migrações de brasileiros que deixaram a zona rural e migraram para a cidade, a partir de então, começou a se pensar em uma nova forma de organizar o ensino nestas localidades.

Uma vez que, em razão do fluxo migratório do campo para a cidade, essas escolas deixaram de ter público suficiente para formar sistemas seriados classificado por idade. O cenário de abandono motiva a criação do Programa Escola Ativa (PEA), em 1997, um modelo internacional de integração e reorganização das escolas rurais (GOMES, 2020, p. 83).

Ao descrever sobre o modelo de ensino multisseriado, Gomes (2020) confirma que as escolas multisseriadas do campo surgiram com o objetivo de responder aos anseios da elite dominante. Dessa forma, as características iniciais da multisseriação estavam totalmente dissociadas das necessidades educacionais da grande massa brasileira. Tal afirmativa demonstra a incapacidade do poder público de responder as aspirações atuais da população do campo, tendo em vista que,

O sistema escolar multisseriado nasceu e se estruturou segundo os interesses das classes dominantes, sendo montado para servir às classes privilegiadas, e seus filhos, a saber, aos futuros dirigentes, executivos, profissionais. Este sistema ao

invés de trabalhar objetivando a formação do ser humano como ser crítico e atuante, esquivando-se da situação, deixando-os sem rumo e realmente fracassados. Por mais que cumpra, por vezes, com suas funções básicas para a alfabetização e o letramento, este não se torna eficaz como fator de formação para a inclusão do sujeito no mundo atual, que é globalizado e dinâmico (GOMES, 2020, p. 89).

Autores como Cardoso e Jacomeli (2010) criticam de forma contundente as escolas multisseriadas, afirmando que: “são, historicamente, consideradas como de segunda categoria; por isso, os educadores e os gestores optaram por esquecê-las, esperando que desapareçam como consequência natural do processo de desenvolvimento da sociedade” (CARDOSO; JACOMELI, 2010, p.175).

Considerando a ideia anterior, parece que o esquecimento não foi o suficiente para o desaparecimento do multisseriado, pois atualmente esta forma de organização de ensino escolar continua presente em estabelecimentos escolares nas diferentes regiões do país, principalmente nas comunidades rurais mais distantes dos grandes centros urbanos e com pouco contingente de alunos.

Nesse sentido, Santana (2018, p. 60) ressalta que as escolas multisseriadas são “destinadas às crianças de famílias que vivem em situações precárias, excluídas do ponto de vista econômico e cultural”. Já Oliveira (2021, p. 55) classifica a multisseriação como um problema histórico, reforçando a ideia de que o acesso desigual ao conhecimento tem sido a válvula propulsora de manutenção das desigualdades. Oliveira (2021) salienta ainda que,

O acesso desigual ao conhecimento marca a história da educação brasileira, sendo as escolas multisseriadas destinadas principalmente para aquelas pessoas que têm seus direitos negados do ponto de vista social, econômico e cultural, isto é, do acesso a políticas públicas cujas finalidades visam à garantia da permanência e direito ao acesso à educação escolar no sentido de emancipação dos envolvidos. Encontram-se vinculadas à concepção de educação que legitima a reprodução social das relações sociais de produção capitalista (OLIVEIRA, 2021, p. 55).

Em um contexto mais atual, Alves (2021, p.17) ressalta a má qualidade do ensino oferecido no meio rural nas escolas multisseriadas dando ênfase ao contexto de sua criação e manutenção. O surgimento e conservação do multisseriado no campo, não está relacionada tanto a questões financeiras, mas sim a localizações das comunidades rurais, são normalmente de difícil acesso, as condições dos percursos para se chegar a estas localidades são totalmente desfavoráveis.

Diante de tais desafios, buscou-se minimizar as dificuldades com o agrupamento de alunos de diferentes séries em uma única sala sob o comando de um único professor. Os resultados demonstram que a opção por esse modelo não foi a mais acertada, pois não resolveu os problemas educacionais que continuam existindo. Na verdade,

A maioria das pessoas que moram no campo estão desprovidas de uma boa educação - encontrada geralmente nos centros urbanos - não por conta do financeiro que pode também ser uma desvantagem, mas sim, pela localidade e, muitas das vezes, pelo difícil acesso à zona rural, em razão das péssimas e desfavoráveis condições das estradas, do deslocamento dos indivíduos até as escolas bem como as condições de ensino. Conseqüentemente há a necessidade de se criar salas multisseriadas, que nada mais é do que um único professor para organizar uma metodologia de ensino que exigirá o trabalho com várias séries do ensino fundamental em uma mesma classe/sala, tendo que desenvolver tarefas para os diversos anos contidos dentro da localidade em que está inserido, atendendo todos os níveis de conhecimentos e idades diferentes. Sendo assim, mesmo em meio a tantas dificuldades, a educação no campo se mostra de grande valor e importância (ALVES, 2021, p.17).

Essas adaptações realizadas pelos sistemas de ensino, em decorrência do baixo número de discentes, até são permitidas nas legislações educacionais brasileiras, mas nem sempre são pensadas levando em consideração a qualidade do ensino.

O multisseriado e seu aparato legal estiveram presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que em seu Art. 8, § 2º, constava que

[...] em qualquer grau, poderão organizar-se turmas que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe (BRASIL, 1971).

Já no art. 11, § 2º, indicava que na zona rural o “estabelecimento poderia organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras” (BRASIL, 1971).

A lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 também autoriza a legalidade desse modelo de ensino, quando em seu Art. 23 afirma que,

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

Deste modo, o ensino multisseriado no Brasil possui uma longa história, apesar das diversas mudanças ocorridas na educação brasileira ao longo dos anos, este modelo de ensino sobreviveu, inclusive sem grandes alterações, pois muitas características iniciais continuam existindo ainda nos dias atuais. Em concomitância a essa linha de pensamento, Ferrí (1994) enfatiza que:

As escolas com classes multisseriadas tem uma longa história. Foi, de modo geral, o primeiro tipo de escolaridade possível para as zonas rurais. Sua característica básica, a de reunir em torno de um professor vários alunos de series diferentes, data do século XIX e perpetua-se até hoje, embora na história da educação brasileira existiam apenas vagas notícias sobre a educação rural e a educação da população em geral, executando-se o caso daquela dirigida aos filhos das elites e a catequese

jesuítica (FÉRRI, 1994, p. 28).

Considerando a manutenção de um modelo de ensino, durante séculos, como acontece com o multisseriado nas comunidades rurais brasileiras, mesmo não apresentando resultados significativos, denota-se certo descompromisso do Estado com a educação. Quando se compara o contexto educacional brasileiro ao de países desenvolvidos é claramente possível observar as dificuldades do Brasil em modernizar seu sistema educativo, nesse sentido, Saviani (2008) comenta que,

As dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais como no âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil (SAVIANI, 2008, p. 168).

As consequências desse posicionamento podem ser observados ainda hoje no cenário educacional brasileiro, pois a educação brasileira ainda é marcada por deficiências agudas, principalmente nas comunidades rurais. Portanto, os problemas existentes em nossas instituições de ensino são frutos de anos de abandono por parte do poder público.

3.1. Resultados e discussões

A educação no meio rural no Brasil sempre sofreu com o descaso dos governantes, pois ao longo da história as autoridades competentes não desenvolveram políticas públicas que visasse o desenvolvimento educacional da população do campo. A pesquisa realizada por Breitenbach (2011, p. 117) conclui que pouca coisa mudou no decorrer dos anos quando o assunto é educação no meio rural, “no Brasil a história da educação do campo perpassou e ainda perpassa momentos difíceis”.

Durante o período de colonização portuguesa o governo português não considerou o desenvolvimento de um sistema educacional que envolvesse o meio rural como prioridade. Para as autoridades governamentais da época as pessoas do campo não precisavam saber ler, e sim trabalhar com a terra, com isso o Brasil não teve avanços significativos na educação do campo nesse período, conforme aponta os resultados da pesquisa de Breitenbach (2011),

Para o Brasil, que foi colônia de exploração durante mais de 300 anos, o desenvolvimento de um sistema educacional não era considerado prioridade. Assim, as pessoas que exerciam as atividades agrícolas, ou seja, escravos – índios e negros africanos – e os colonos imigrantes, encontravam-se em situação de desvantagem, não podiam esperar políticas educacionais, pois, não se considerava necessário saber ler e escrever para trabalhar com a terra (BREITENBACH, 2011, p. 117).

Os resultados do estudo de Silva (2018) dialogam com a citação anterior quando

conclui que a educação no meio rural permaneceu no esquecimento até o início do século XXI, pois o Estado brasileiro não desenvolveu políticas educacionais voltadas especificamente para o povo do campo considerando suas particularidades. Isso contribuiu para a precarização dos serviços educacionais nas comunidades do campo vistas ainda nos dias atuais. Durante longos anos o ensino no campo se restringiu aos anos iniciais do ensino fundamental e ainda em turmas multisseriadas, pois,

A ausência até o início do século XXI de política específica para a Educação das populações campestres, acarretou um funcionamento precário ou a inexistência de escolas em todos os níveis no campo - a oferta da escolarização na maioria das regiões restringiu-se aos anos iniciais do ensino fundamental, geralmente em turmas multisseriadas, e até os dias atuais é comum a oferta da Educação Infantil junto com as turmas do ensino fundamental, sem infraestrutura adequada, proposta pedagógica para trabalhar com a heterogeneidade e formação específica para o professorado que atua com estas turmas (SILVA, 2018, p. 26-27).

O estudo de Nascimento (2005) conclui que a primeira lei sobre educação no Império do Brasil foi aprovada no ano de 1827, essa legislação excluía boa parte da população do direito de formação, já que a mesma determinava que apenas lugares povoados seriam contemplados com escolas de primeiras letras. Dessa forma boa parte da população do campo acabou tendo o direito a educação negado, além disso, nos poucos lugares contemplados com a instrução pública a qualidade do ensino oferecido era precário pois normalmente os professores não tinham formação adequada e os conteúdos a serem trabalhados eram determinados pelos presidentes de províncias, deste modo,

Em 15 de outubro de 1827, a Assembleia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias. A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas (NASCIMENTO, 2005, p. 2).

Nesse sentido, o descaso com a educação no meio rural não é algo recente e sim um problema histórico que faz parte da história do Brasil como país. Apesar dos avanços ocorridos ao longo dos anos em diversas áreas e setores da sociedade a educação no campo ainda é marcada por atrasos e retrocessos.

Na década de 30 do século passado a população brasileira foi beneficiada com uma série de direitos que a partir daquele momento foram transformadas em lei, inclusive na área da educação o povo foi contemplado com melhorias significativas considerando os anos anteriores. Entretanto as mudanças se restringiram ao meio urbano, enquanto isso o meio rural continuou a margem das inovações, já que, o governo brasileiro realizou adequações

das políticas urbanas para posterior implantação no campo brasileiro. Mesmo considerando que houve pequenos avanços, pelo menos no papel, em termos de resultados as adaptações não surtiram efeitos significativos para o povo do campo, conforme explicam os resultado do estudo de Marcon (2012),

É no contexto dos anos de 1930 que a educação passou a ter um destaque maior no conjunto das políticas sociais e educacionais. Setores urbanos foram contemplados com várias políticas sociais, leis trabalhistas e políticas educacionais, enquanto o campo permaneceu à margem. A educação rural ganhou, no contexto em pauta, um tratamento complementar de adequação às políticas educacionais voltadas ao meio urbano, de modo especial, em relação ao calendário escolar e ao currículo (MARCON, 2012, p. 90).

A pesquisa realizada por Bönmann (2015) concorda com o resultado anterior quando destaca sobre as mudanças no âmbito educacional ocorridas no país no início da década de 30 do século passado como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. No entanto, as mudanças não contemplaram a estrutura organizacional da educação rural, porém o governo adotou algumas estratégias com o objetivo de manter o homem do campo no meio rural entre essas medidas destacam o oferecimento do ensino primário e o aprendizado agrícola de nível elementar a população do campo, portanto,

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, apesar de apontar para a organização de um sistema nacional de ensino, não contemplou uma estrutura organizacional para a educação rural, a qual continuou subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir daquele momento, a população camponesa passou a ser alvo de campanhas educativas dispersas que tinham como objetivo fixar homens e mulheres no campo, sendo o ensino primário e o aprendizado agrícola de nível elementar incluídos nas estratégias dos projetos de colonização agrária (BÖNMANN, 2015, p. 21).

Os resultados da pesquisa de Ferreira e Brandão (2011) apontam que no período da Proclamação da República (1889) o país sofreu influências da filosofia positivista, muito em voga à época na Europa, políticos e pensadores disseminavam a ideia de que era preciso desenvolver o país, com isso, uma série de mudanças inclusive na área da educação foram implantadas nas cidades brasileiras, contudo mais uma vez a população do campo ficou à mercê de tais transformações. O fato de as escolas não serem acessíveis a todos os brasileiros elevava os indicadores de analfabetismo do país, onde o campo contribuía de forma significativa para esses altos índices, já que, tal população era majoritariamente analfabeta, pois

A escola ainda não era acessível a todos os cidadãos brasileiros. Esse fato é comprovado pelo percentual de analfabetos no ano de 1900, que de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, era de 75% e, majoritariamente, a população estava no campo, mas a escola e a educação não eram pensadas de forma que a favorecesse (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 5).

A Constituição de 1988 trouxe avanços significativos, pelo menos no documento escrito, sobre a educação no território brasileiro pois a mesma estabelece o ensino como um direito social. O artigo 205 conclui que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Quanto a forma de ensino, o Art. 206 conclui que “será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988). Tais princípios deixam claro que a educação é um direito legítimo de todos os brasileiros e que o Estado não pode fazer distinção entre meio urbano e rural no que se refere a investimentos e qualidade do ensino, deste modo a população do campo deve ter a mesma igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 também trouxe avanços significativos para a educação no país, o Estado se compromete a criar políticas educacionais voltadas especificamente para a população do campo que respeitem suas particularidades culturais. O Art. 28 dessa lei conclui que a educação para a população do campo deve considerar:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino poderão realizar as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Um acontecimento significativo para a educação rural foi a criação em 1998 da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, uma entidade com a finalidade de promover e gerir ações conjuntas pelo ensino da população do campo em nível nacional. Esse trabalho articulado resultou em conquistas significativas para a educação no meio rural, porém tais ações não foram suficientes para responder aos anseios e necessidades educacionais do povo do campo, conforme os resultados descritos por Cassol (2013):

Em 1998 foi criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, entidade que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação, estão: a realização de duas Conferências Nacionais por Uma Educação Básica do

Campo – em 1998 e 2004; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT) em 2003 (CASSOL, 2013, p. 15).

Outro marco importante para a educação do campo é encontrado no Parecer 36/2001 da Câmara de Educação Básica, tal documento reconhece o povo do campo como detentores de características diferenciadas em relação a população urbana, e com isso, determina a necessidade do desenvolvimento de políticas educacionais condizentes com sua realidade. Portanto, observa-se um primeiro passo para a ruptura da ideia de que campo é extensão da cidade e de que o currículo pensado para o meio urbano pode funcionar no meio rural apenas com pequenas adaptações, conforme conclui tal documento:

O que está em jogo é definir, em primeiro lugar, aquilo no qual se pretende ser incluído, respeitando-se a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades. A discussão da temática tem a ver, neste particular, com a cidadania e a democracia, no âmbito de um projeto de desenvolvimento onde as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos. Assim, a decisão de propor diretrizes operacionais para a educação básica do campo supõe, em primeiro lugar, a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional (BRASIL, CNE/CEB, 2001).

A criação no ano de 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, à qual está vinculada a Coordenação Geral de Educação do Campo também representou um marco importante para a educação no meio rural. A partir de então, o país passou a ter uma instância em âmbito federal responsável pelo atendimento das demandas educacionais para a população do campo, conforme os resultados descritos na pesquisa de Bönmann (2015):

A criação, em 2004, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, à qual está vinculada a Coordenação Geral de Educação do Campo, significa a inclusão na estrutura estatal federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades (BÖNMANN, 2015, p. 19).

Os resultados do estudo de Cassol (2013) destacam como avanço na educação do campo a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) foi mais uma conquista resultado das lutas dos movimentos sociais e sindicatos. Esse programa surgiu com a finalidade de desenvolver ações educativas em regiões do campo contempladas com a reforma agrária. No papel foi um projeto ousado que visava o desenvolvimento dessas populações através da educação, respeitando suas características peculiares de pessoas do campo, pois,

O Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), a fim de implantar ações educativas para as populações dos acampamentos e assentamentos rurais, resultado da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio) e superior com qualidade social, para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária com objetivo de fortalecer o campo como território de vida em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política, cultural e ética, constituindo-se como forte instrumento de democratização do conhecimento no campo e do acesso à terra e se desenvolve por meio de projetos específicos em todos os níveis de ensino, tendo por base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, à gestão democrática e o avanço científico e tecnológico (CASSOL, 2013, p. 19).

As ações dos movimentos sociais nas últimas décadas do século passado tiveram grande importância para os avanços educacionais no meio rural. Como fruto dessas reivindicações ocorreram mudanças relevantes para a educação do campo entre as quais destacam-se: em 1997 a realização do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária - I ENERA; e no ano de 2002 a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, posteriormente ocorreram outros avanços também significativos, conforme explica os resultados da pesquisa de Oliveira e Fraga (2016),

Nestes termos, vê-se surgir diversas iniciativas de cunho político enfocadas nos jovens do campo: Em 1997, ocorre o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária - I ENERA, seguidos de outros eventos similares. No ano 2002, tem-se a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reestruturadas em 2008. Dando prosseguimento nesse processo de conquistas da educação camponesa em 2004, é criado no Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com uma coordenação de educação do campo. Em 2005, ocorre o Projovem Campo - Saberes da Terra. Em 2010, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e em 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo (OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 9).

Outro avanço significativo na educação do campo foi o surgimento dos cursos de licenciatura voltados especificamente para a formação de professores para o trabalho no campo e que passaram recentemente a ser oferecidos em algumas universidades brasileiras. Conquista importante, pois busca preparar profissionais para a docência levando em consideração as características específicas da população do campo, algo inédito na história do Brasil, conforme os resultados descritos por Pantel (2011):

Os cursos de Licenciatura em Pedagogia da Terra e Educação do Campo, que passaram a ser desenvolvidos em algumas universidades para formação específica de professores para atuar nas instituições de educação do campo, também podem ser apontados enquanto conquista da articulação constituída (PANTEL, 2011, p. 55).

Sobre as características do ensino multisseriado nas escolas do campo brasileiro os trabalhos consultados apresentaram resultados parecidos. São escolas normalmente

localizadas em locais com pouco contingente de pessoas, sem estrutura adequada para a prática docente e com profissionais muitas vezes sem formações condizentes com a área de atuação.

De acordo com Panni e Duarte (2021, p. 2) “a Escola/Classe multisseriada é uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com vários anos escolares simultaneamente”. Deste modo, discentes de várias séries e idades são reunidos em uma única sala em um mesmo horário para serem ensinados por professores, quase sempre, sem formação na área que atuam, levando em conta todas essas dificuldades as instituições escolares não apresentam condições adequadas para o ensino aprendizagem.

3. CONCLUSÃO

No intuito de demonstrar os avanços na educação no campo brasileiro nas séries iniciais do ensino fundamental no modelo multisseriado, este artigo destaca os principais pontos de evolução concernente ao ensino no meio rural. A pesquisa demonstrou poucos avanços quando se trata de educação para as populações rurais brasileiras, isso demonstra o quanto o Estado tem falhado com seu dever de oferecer educação de qualidade a todos os brasileiros.

1353

Apesar da estagnação e em alguns momentos até mesmo retrocesso na educação no campo, principalmente quando se trata de ensino multisseriado nas séries iniciais do ensino fundamental, sempre houve uma grande demanda de alunos dependentes deste modelo de ensino, são crianças que tem na escola do campo sua única opção de estudos. Deste modo, é visível a necessidade do Estado investir na qualidade do ensino nessas instituições, pois educação de qualidade é um direito de todos.

O ensino multisseriado surgiu no país com a proposta de juntar em uma mesma sala de aula alunos de distintas séries do ensino fundamental, ou seja, discentes em diferentes fases de desenvolvimento, foi uma proposta para tentar suprir a carência de ensino formal em comunidades isoladas. Entretanto, com o passar dos anos demonstrou-se um projeto ineficiente e incapaz de responder aos anseios da população do campo, mesmo assim, o poder público insiste na continuidade deste modelo de ensino

Portanto, o presente artigo cumpre com seus objetivos de identificar e descrever os avanços ocorridos na educação no campo, no que tange as escolas multisseriadas no cenário brasileiro. Deste modo, espera-se que tal trabalho gere reflexões sobre a história e a realidade

atual da educação no campo no sentido de despertar a comunidade geral para que possam exigir das autoridades competentes melhorias para o ensino no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. **Letramento digital nas escolas do campo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BÖNEMANN, P. **Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica**. Monografia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Ijuí, RS -2015.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em 10 outubro de 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI Nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

1354

BRASIL. CNE/CEB. **Parecer n. 36/2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2001.

BREITENBACH, F. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista espaço acadêmico – Nº 121 – Junho de 2011. Mensal – Ano XI – ISSN – 1519-6186.

CARDOSO, M. **A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas: 1893 a 1932**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.

CARDOSO, M; JACOMELI, M. **Estado da arte acerca das escolas multisseriadas**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p.174-193, mai. 2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639788/7351>. Acesso em: 05 Setembro de 2022.

CASSOL, G. **A relação entre a educação do campo e agricultura familiar: reconhecimento nas políticas**. Monografia. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Erechim, RS, Julho de 2013.

FERREIRA, F. BRANDÃO, E. Educação do campo, um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista eletrônica de educação**, São Carlos, Ano V, n. 9, jul./dez. 2011.

FÉRRI, C. **Classes multisseriadas: que espaço escolar é esse? 1994**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1994.

GERHARDT, T. SILVEIRA, D. **Método de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GOMES, D. **Educação em escolas rurais de Pariquera-Açu: proposta de ensino de ciências em salas multisseriadas**. Dissertação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru/ SP 2020.

JANATA, N; ANHAIA, E. **Escolas/Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC – Brasil Porto Alegre, 2015.

MARCON, T. **Políticas de educação do campo: avanços e desafios Rural education policies: advances and challenges**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 85-105, jan./jun. 2012.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, M. **O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. Unicamp: Histedbr, 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 26 jul. 2023.

1355

OLIVEIRA, E.; FRAGA, N. **A vida está na raiz, na terra, no campo em luta – a educação do (no) campo como forma de resistência da agricultura camponesa**. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 2, n. 2, Edição Especial, p. 2-13, 2016.

OLIVEIRA, A. **A educação no Brasil e o ensino multisseriado: uma análise da percepção dos professores de triunfo – PB**. Monografia. Universidade Federal de Campina Grande - Campus de Cajazeiras- PB. Cajazeiras - PB. 2014.

OLIVEIRA, E. **Educação no meio rural: a prática das professoras alfabetizadoras nas classes multisseriadas no município de Indaiabira- MG**. Dissertação. Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH. Programa de Pós- Graduação em Educação. São Carlos- SP, 2021.

PANTEL, K. **Escola rural multisseriada: espaço de relações**. Dissertação de mestrado. Florianópolis, SC. UFSC: 2011.

PRODANOV, C; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil 2013.

SANTANA, D. **Educação e formação humana: direito à educação e classes multisseriadas**

no meio rural brasileiro. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, G. **Práticas de letramento e alfabetização em sala multisseriada do campo.** Monografia. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). SUMÉ – PB 2018.